

ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL CONFLITO DE JURISDIÇÃO N. 0802130-71.2023.8.10.0000 SUSCITANTE: VARA ESPECIAL COLEGIADA DOS CRIMES ORGANIZADOS SUSCITADO: 7ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO JOAQUIM LIMA BONFIM PENAL. PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. ESTELIONATO, CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO C/C ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. DIVERGÊNCIA QUANTO À CARACTERIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO ESPECIALIZADO. ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE APONTAM NO SENTIDO DA CONFIGURAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ASSOCIAÇÃO DE MAIS DE QUATRO PESSOAS. FORMA ESTRUTURADA E CARACTERIZADA PELA DIVISÃO DE TAREFAS. INTUITO DE PRATICAR INFRAÇÕES PENAIS COM PENA MÁXIMA DE CINCO ANOS. CONFLITO IMPROCEDENTE. 1. A Lei Complementar Estadual nº 240/2022, ao transformar a 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís na Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados, deu a esta unidade jurisdicional a competência exclusiva no território maranhense para processar e julgar crimes que envolvam organização criminosa. 2. Verifica-se que há fortes indícios da constituição de organização criminosa, com a associação de pelo menos 28 (vinte e oito) indivíduos, de forma organizada, com divisão de tarefas, quais sejam, “alguns funcionários responsáveis pela divulgação da publicidade enganosa, outros pela concretização da venda e, ainda, outros imbuídos do pós-venda, além dos líderes do grupo, proprietários das pessoas jurídicas beneficiárias”, com o objetivo de obter vantagens financeiras, mediante a prática de estelionato e de crime contra as relações de consumo (indução do consumidor a erro, por afirmação falsa), que possuem penas máximas de cinco anos, nos termos do § 1º do art. 1º, da Lei n. 12.850/2013. 3. Tratando-se a presente Ação Penal de possível organização criminosa, ou ainda que não seja, sendo conexa aos delitos descritos nos demais processos mencionados, de rigor a fixação da competência, de uma forma ou de outra, na vara especializada para julgar o presente feito. 4. Conflito conhecido e julgado improcedente. (ConfJurisd 0802130-71.2023.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) SEBASTIAO JOAQUIM LIMA BONFIM, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 16/05/2023)